

"Habeas data" também em medicina

JOSE KNOPLICH

A nova Constituição brasileira instituiu no capítulo das liberdades individuais, o habeas data, que permite qualquer indivíduo conhecer informações a seu respeito e que estejam em poder do governo. A maioria dos constituintes provavelmente se preocupou com os informes políticos confidenciais que o governo possa ter dos indivíduos, muitas vezes errôneos, às vezes desatualizados, que possam influir de alguma forma, na cassação de seus direitos, protelar promoções, impedir acesso a postos executivos etc. Mas, esse habeas data poderá ser ampliado.

Não é sem razão, que há 8 anos, na Inglaterra (onde o serviço médico é estatizado), surgiu o debate se os pacientes têm direito a conhecer os dados de seu prontuário médico, que nesse caso também está em poder do governo.

Alan Dean, um clínico geral, recebeu em 1988 um prêmio pelo seu empenho nessa campanha que está sendo discutida na imprensa leiga e nas revistas científicas (*Practitioner, July, 1988*). Os principais argumentos usados para permitir o acesso aos dados dos registros são dois. Os pacientes apreciam muito estarem envolvidos no controle de sua própria saúde e devem conhecer mesmo os diagnósticos mais graves para se cuidarem melhor, ou que a história clínica da pessoa tem dados de evolução que vão se perdendo com o passar dos anos, que podem servir de auxílio no diagnóstico de moléstias complexas, além de permitir que os indivíduos que mudam de cidade e de país, levem esses dados consigo.

Algumas dificuldades podem ser facilmente sanadas, os termos técnicos usados pelos médicos poderão ser explicados pessoalmente ou por um bom dicionário. Se houver alguma informação danosa, tal como suspeita de doença grave em fase de investigação, a maioria dos médicos já comunica isso ao paciente, que prefere, na maioria das vezes, saber desse detalhe. Quando o médico não confia que o próprio paciente seja capaz de enfrentar esse período de expectativa um outro familiar é informado. Inclusive o Data Protection Act inglês prevê que certos dados a critério médico podem ser confiscados ao cidadão:

Se tudo é tão fácil, por que existe essa polêmica? Len Doyal, professor de Ética Médica da London Medical College, afirma "o código moral e o código profissional médico se reduz a duas regras principais: proteger a vida e a saúde do paciente e respeitar a sua autonomia individual. O indivíduo deve ter o direito e a autonomia de fazer a sua escolha com as informações que tem sobre sua saúde. A profissão médica é que criou um paternalismo, que procura 'proteger o doente de si próprio'. Esta é a justificativa de não apresentar ao doente, portanto o indivíduo fora da sua normalidade, as informações que talvez não possa manusear adequadamente. Os médicos dão uma versão da verdade adequada ao entendimento educacional e emocional do paciente".

O habeas data médico, segundo esse simpósio, deve existir e com certeza será usado por quem quer informes precisos do hospital, para saber que tipo de operação foi realizada, que acidentes operatórios surgiram etc. O problema deve ser dividido para o bem do próprio paciente em dois aspectos: os dados orgânicos (que operação, qual a doença, gravidade etc.), são facilmente compreensíveis de que sejam fornecidos aos pacientes quando solicitados. A grande dúvida são componentes emocionais das doenças e da situação psicológica dos pacientes para entendê-las. Cerca de 40% dos pacientes têm problemas mais emocionais do que orgânicos, e esses distúrbios são difíceis de catalogar e de avaliar, variando a interpretação de médico para médico que percebe o sintoma.

Nos casos do habeas data médico, que apesar de ser um direito do cidadão que está a procura de um dado concreto, mas receberá um informe que é só uma impressão momentânea pessoal do que um conceito científico. Os médicos ingleses temem que uma vez instituído, impedirão os profissionais de registrar no prontuário todos os dados do próprio paciente. No Brasil, na realidade não existe na Previdência um prontuário médico que possa ser solicitado. Na clínica privada, é mais difícil um longo seguimento. Na Medicina de Grupo, as descrições rápidas e sumárias talvez não tenham muito valor, mas só o futuro mostrará se vai haver solicitações desse tipo no Brasil.

Hipócrates já afirmava "é mais importante saber que espécie de pessoa tem uma doença, do que saber que espécie de doença a pessoa tem".

José Knoplich é médico reumatologista.